

FEMINICÍDIO E SISTEMA MODERNO COLONIAL DE GÊNERO: UMA RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES, COLONIALISMO E AMOR ROMÂNTICO**FEMICIDE AND THE MODERN COLONIAL GENDER SYSTEM: A RELATIONSHIP BETWEEN VIOLENCE AGAINST WOMEN, COLONIALISM, AND ROMANTIC LOVE****EL FEMINICIDIO Y EL SISTEMA DE GÉNERO COLONIAL MODERNO: UNA RELACIÓN ENTRE LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES, EL COLONIALISMO Y EL AMOR ROMÁNTICO**

10.56238/revgeov17n2-053

Danielly Passos de Oliveira

Professora Doutora

Instituição: Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia (IPUSP)

RESUMO

Este trabalho foi construído a partir de um questionamento a respeito da presença constante de notícias sobre crimes de feminicídio. Todos os dias são veiculadas pela TV e Internet novas histórias sobre mulheres que perderam suas vidas devido ao feminicídio. Em meio a tantas histórias, examinamos as de duas jovens que sobreviveram após terem sido brutalmente espancadas pelos namorados por conta dos ciúmes deles. As histórias das duas jovens que tiveram seus rostos desfigurados por seus parceiros amorosos ilustram a conexão existente entre amor e violência na vida das mulheres brasileiras. Considerando que em grande parte dos feminicídios o agressor tem intimidade com a vítima, procuramos analisar como as práticas de um biopoder feminicida se articulam com os dispositivos do gênero e do amor romântico. A partir de uma leitura ancorada no feminismo decolonial, entendemos o gênero como um sistema moderno e colonial, intimamente vinculado com as interseccionalidades de raça e de classe social. Concluímos, em nossa investigação, que o ideário moderno do amor romântico continua servindo de eixo de subjetivação na contemporaneidade, legitimando crenças e práticas de dessubjetivação dos sujeitos femininos, e engendrando uma política do fazer morrer que torna as existências femininas um bem a ser usufruído e/ou descartado.

Palavras-chave: Feminicídio. Biopoder. Gênero. Colonialismo. Amor Romântico.**ABSTRACT**

This work stems from questioning the constant presence of news reports about femicide crimes. Every day, new stories about women who have lost their lives due to femicide are broadcast on TV and the internet. Amidst so many stories, we examine those of two young women who survived after being brutally beaten by their boyfriends due to their jealousy. The stories of these two young women, whose faces were disfigured by their romantic partners, illustrate the connection between love and violence in the lives of Brazilian women. Considering that in a large proportion of femicides the aggressor has an intimate relationship with the victim, we seek to analyze how the practices of a feminicidal biopower are articulated with the devices of gender and romantic love. From a reading anchored in decolonial feminism, we understand gender as a modern and colonial system, intimately linked to the intersectionalities of race and social class. Our investigation concludes that the modern ideal of



romantic love continues to serve as an axis of subjectivation in contemporary society, legitimizing beliefs and practices of desubjectivation of female subjects, and engendering a politics of death that turns female existences into a commodity to be enjoyed and/or discarded.

Keywords: Femicide. Biopower. Gender. Colonialism. Romantic Love.

RESUMEN

Este trabajo surge del cuestionamiento de la constante presencia de noticias sobre feminicidios. Diariamente, se transmiten por televisión e internet nuevas historias sobre mujeres que han perdido la vida a causa de feminicidios. Entre tantas historias, examinamos las de dos jóvenes que sobrevivieron tras ser brutalmente golpeadas por sus novios debido a sus celos. Las historias de estas dos jóvenes, cuyos rostros fueron desfigurados por sus parejas, ilustran la conexión entre el amor y la violencia en la vida de las mujeres brasileñas. Considerando que en una gran proporción de feminicidios el agresor tiene una relación íntima con la víctima, buscamos analizar cómo las prácticas de un biopoder feminicida se articulan con los dispositivos de género y amor romántico. Desde una lectura anclada en el feminismo decolonial, entendemos el género como un sistema moderno y colonial, íntimamente ligado a las interseccionalidades de raza y clase social. Nuestra investigación concluye que el ideal moderno del amor romántico continúa sirviendo como eje de subjetivación en la sociedad contemporánea, legitimando creencias y prácticas de desubjetivación de las mujeres y generando una política de la muerte que convierte la existencia femenina en una mercancía para disfrutar y/o desechar.

Palabras clave: Femicidio. Biopoder. Género. Colonialismo. Amor Romántico.



1 INTRODUÇÃO

São Paulo, 14 de julho de 2025, num apartamento no bairro de Moema, uma médica de 27 anos foi espancada no dia do seu aniversário pelo namorado fisiculturista. Preso em flagrante por tentativa de feminicídio, o agressor havia batido com tamanha violência na vítima a ponto de fraturar os ossos da própria mão. A jovem teve seu rosto desfigurado, sofrendo graves lesões no crânio, na coluna cervical e na face. Diante dos policiais, o suspeito alegou ter cometido o crime por ciúmes: “ele teria visto no celular da vítima conversas com um rapaz, e ao mesmo tempo, encaminhamento de nudes para esse rapaz”, afirmou a delegada encarregada do caso (Brenda BENTO, 2025).

Natal, 27 de julho de 2025, no elevador de um condomínio no bairro de Ponta Negra, uma mulher de 35 anos foi espancada por seu namorado, um ex-jogador de basquete, recebendo mais de 60 socos no espaço de 34 segundos. O agressor, preso em flagrante por tentativa de feminicídio, alegou abalo emocional e uso de substâncias psicoativas. A vítima, ao prestar depoimento, definiu o relacionamento como sendo “tóxico e abusivo”, marcado por controle excessivo e ciúme desproporcional (Vitor BONETS; Beto SOUZA, 2025).

Os elementos comuns nas duas histórias são muitos. Infelizmente, notícias como essas não são uma exceção. Os dados continuam alarmantes. De acordo com o *Atlas da Violência de 2025* (IPEA, 2025), apenas no ano de 2023, a violência de gênero matou quase quatro mil mulheres no Brasil. Diariamente somos expostos a notícias sobre adolescentes, mulheres e crianças vítimas de violência de gênero, quase sempre exercida por homens conhecidos pelas vítimas, e quase sempre no espaço doméstico.

A profusão de tipos diversos de violência que incidem sobre sujeitos femininos em todo o território brasileiro nos conduz a perguntar: por quê? Construir algumas respostas para esse questionamento exige uma análise complexa que articule uma diversidade de variáveis. Neste artigo, tentaremos refletir sobre o fato de a violência baseada em gênero continuar sendo uma questão de saúde pública no Brasil e no mundo, a partir da articulação dos conceitos de biopoder, de sistema de gênero, de patriarcado, de colonialismo e de amor romântico.

2 O BIOPODER: AS POLÍTICAS DE VIDA E AS POLÍTICAS DE MORTE

Segundo Achille Mbembe (2018), no contemporâneo, a expressão máxima da soberania reside no poder de ditar quem merece viver e quem deve morrer. Ancorando-se no conceito foucaultiano de biopoder (1997), o filósofo enfatiza que, nas sociedades ocidentais pós-industrializadas, o poder se inscreve nos corpos, demarcando e separando dos demais aqueles que merecem viver: os que podem morrer. O principal eixo de convergência do biopoder consiste na “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2018, p. 10-11).



O conceito de biopoder permite compreender por que uma das formas (provavelmente a mais insidiosa) pelas quais uma sociedade consegue ditar quem merece morrer encontra-se no silenciamento e na invisibilização de determinados grupos. María Lugones (2008) enfatiza a importância fundamental de abordar a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade para entender a indiferença preocupante demonstrada pela sociedade diante das violências que atingem sistematicamente as mulheres (sobretudo, quando se trata de mulheres não brancas).

Para a referida autora, o gênero deve ser compreendido como um sistema moderno e colonial por meio do qual são construídas e legitimadas categorias pretensamente universais e homogêneas, dentre as quais convergirão diferentes estratégias biopolíticas de defesa da vida. Nesse sentido, a construção da categoria “mulher” (que serviu de fundamento para as reivindicações dos movimentos feministas da primeira e da segunda onda) remete à mulher branca, heterossexual, cis e pertencente às camadas médias e altas das sociedades ocidentais industrializadas. O lado oculto e obscuro da categoria “mulher” passa, desse modo, a ser ocupado por tudo aquilo que essa categoria silencia e invisibiliza: todos os sujeitos femininos que, por quaisquer razões, desviam, excedam ou transgridam o arranjo normativo contido na categoria “mulher”. O sistema colonial-moderno de gênero volta, assim, suas estratégias biopolíticas de defesa da vida para suas categorias visíveis, ao mesmo tempo em que direciona suas estratégias biopolíticas de permissão da morte (a necropolítica) para os sujeitos que ocupam o lado oculto/invisível dessas mesmas categorias.

No que se refere à violência baseada em gênero, dados recentes apontam que, durante o ano de 2023, dentre as quase quatro mil mulheres que perderam suas vidas devido à violência de gênero, 68,2% eram mulheres negras. Além disso, entre 2022 para 2023, os casos de violência contra homossexuais e bissexuais aumentaram 35%, enquanto os casos de violência contra pessoas transsexuais e travestis tiveram um aumento de 43% de incidência (IPEA, 2025). Como é possível perceber, as estratégias de poder que tornam determinados sujeitos mais propensos à morte do que outros são complexas, e ocorrem a partir de um entrelaçamento de vulnerabilidades distintas. Invisibilizadas e silenciadas pelo arranjo normativo que dá forma, no sistema moderno-colonial de gênero, à categoria “mulher”, mulheres negras, indígenas e trans (entre outras) são cooptadas por políticas que, articuladas, passarão a gerir diferentes práticas sociais do deixar morrer.

Dentre as necropolíticas que atingem mulheres e se combinam com outras camadas de vulnerabilidade, iremos nos deter, neste trabalho, a uma em particular: aquela que adquire seus contornos mais visíveis no ideário do amor romântico.

3 PATRIARCADO E AMOR ROMÂNTICO

Segundo Lugones (2008), é fundamental entendermos o gênero como um elemento fundante da colonialidade, uma vez que, enquanto sistema, o gênero se estrutura a partir de uma imbricação



intrínseca entre o patriarcado, as noções de heteronormatividade, de classificação racial e os movimentos de expansão do capitalismo. Oyerónké Oyewumi (2021), por sua vez, explica que é necessário contestar as ideias do patriarcado e do binarismo como sendo transculturalmente válidas, compreendendo que elas se impuseram e se naturalizaram globalmente pela expansão do colonialismo e do capitalismo. No mesmo sentido:

Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo as relações que se consideram sexuais. Mas, uma vez dada, uma organização social em termos de gênero não tem por que ser heterossexual ou patriarcal [...] tanto o dimorfismo biológico e a heterossexualidade quanto o patriarcado são característicos do que chamo o lado iluminado/visível da organização colonial/moderna do gênero. O dimorfismo biológico, a dicotomia homem/mulher, a heterossexualidade e o patriarcado estão inscritos – com letras maiúsculas e hegemonicamente – no próprio significado do gênero (LUGONES, 2020, p. 56).

Segundo a autora, a colonialidade do poder introduz uma classificação universal e binária das populações à medida que reorganiza as relações de superioridade e de inferioridade tendo por fundamento a noção de raça. Assim, “a humanidade e as relações humanas são reconhecidas por uma ficção em termos biológicos” (LUGONES, 2002, p. 56). Ao produzir uma classificação social que separa a humanidade de acordo com uma lógica binária (civilizado/selvagem; racional/irracional; cristão/pagão etc.), a colonialidade do poder passa a permear todos os aspectos da vida social; e a ficção biológica – portanto, naturalizada e incontestável – não é apenas a da raça, mas também a do gênero.

No entanto, adverte Lugones (2002), ainda que na modernidade eurocêntrica e capitalista, todos os sujeitos sejam racializados e gendrados, “[...] nem todos/as somos dominados/as ou vitimizados/as por esse processo. O processo é binário, dicotômico e hierárquico” (p. 60). A categoria “mulher” (composta por mulheres brancas, cis, heterossexuais e das camadas socioeconômicas medidas e altas), ocupando o lado visível e iluminado do sistema moderno e colonial de gênero, detém uma série de privilégios negados aos sujeitos femininos relegados ao lado invisível e obscuro desse mesmo sistema. Contudo, existe, a nosso ver, uma camada de vulnerabilidade que parece incidir (ainda que de modos distintos) tanto sobre o lado visível quanto sobre o lado oculto desse arranjo que, desde a modernidade, relaciona intimamente mulheres e feminilidade. Tal camada foi tecida pela difusão do conjunto de crenças que estruturam o ideário do amor romântico.

4 O IDEÁRIO ROMÂNTICO E O SISTEMA COLONIAL E MODERNO DE GÊNERO

As duas notícias mencionadas no começo deste artigo se referem a mulheres que foram brutalmente agredidas por seus parceiros amorosos devido a sentimentos de ciúmes, de desconfiança e de posse por parte deles. Ambas eram mulheres cis, heterossexuais, brancas, pertencentes às camadas médias urbanas da sociedade brasileira, e sobre as duas recaiu, do ponto de vista dos seus agressores,



uma parcela de “responsabilidade” sobre o injustificável ataque que sofreram. Ambos os agressores tentaram “explicar” que a tentativa de feminicídio teria sido “ocasionada” devido a uma “provocação” de suas, até então, namoradas. Na primeira situação, o agressor alegou que sua namorada estaria flertando com um outro rapaz. Na segunda, o agressor afirmou ter tentado se defender de uma briga iniciada pela namorada (que, após o incidente, contou que os desentendimentos entre eles giravam sempre em torno de ciúmes e de possessividade por parte do namorado).

Poderíamos considerar que o modelo do amor romântico delineado nas sociedades ocidentais europeias do século XIX ainda é parte do imaginário social e continua servindo de território para os processos de subjetivação no Brasil nesta primeira metade do século XXI. O ideário do amor romântico (difundido por uma literatura folhetinesca que, na Europa do século XIX, consolidou-se como precursora das novelas e dos romances românticos) foi parte fundamental do processo de transformação das sociedades coloniais em sociedades modernas (Danielly Passos OLIVEIRA, 2008).

No Brasil, por exemplo, Jurandir Freire Costa (2004) explica que até o século XIX as casas eram, simultaneamente, uma unidade de produção e de consumo: “A mulher gerenciava esta pequena empresa sem concurso algum do marido” (p. 83). Segundo referido autor, na sociedade colonial brasileira, a mulher (referindo-se aqui às mulheres brancas, pertencentes às camadas abastadas) exercia na casa uma função econômica. Em suas palavras:

A dona-de-casa era enfermeiro, médico, sacerdote e professor. Distribuía medicamentos em caso de doenças, ensinava aos filhos as primeiras letras e cumpria uma quantidade de obrigações religiosas: terços, ladainhas, novenas, promessas etc. Sua posição estava estreitamente ligada à situação da casa no confronto com os parcos recursos urbanos. Representava, de certa maneira, a submissão da cidade à família (COSTA, 2004, p. 102).

Segundo ainda Costa (2004), as mulheres (brancas), na sociedade colonial brasileira, ocupavam o papel de “agentes passivos na multiplicação das riquezas do marido, elas perpetuavam a máquina de opressão ao mesmo tempo que a ela se submetiam” (p. 104). A passagem da organização colonial para uma organização burguesa (moderna) se deu, no Brasil, após a chegada da corte portuguesa. Para fazer a sociedade brasileira caminhar em direção à modernidade, foi necessária uma intervenção engendrada a partir de uma aliança formada pelo Estado com a medicina social, cujo principal objetivo era consolidar uma forma de sociabilidade urbana e centralizada: não mais submetida às normas ditadas pelo patriarca de cada grupo familiar. Desse modo, “o objetivo higiênico de recondução dos indivíduos à tutela do Estado redefiniu as formas de convivência íntima, assinalando, a cada um dos membros da família, novos papéis e funções” (COSTA, 2004, p. 109).

Com a modernização, o avanço do industrialismo e da urbanização, a estrutura da família colonial foi sendo fragmentada, uma vez que o trabalho se deslocou da esfera doméstica em direção ao espaço público. Por essa razão, a figura da mulher (no caso, da senhora de engenho) foi se tornando



obsoleta, à medida que a casa deixava de ser uma unidade de consumo e de produção e se convertia no território privado da intimidade. Como ainda observa Costa (2004), a casa se tornou o portão principal de entrada e de atuação da aliança do Estado com a medicina social em prol de um projeto de nação. “A casa higiênica era, por conseguinte, um dos trunfos médicos na luta contra a família clássica em favor da mulher” (COSTA, 2004, p. 120).

É fundamental, contudo, compreender o contexto a partir do qual se deu essa luta da medicina higienista a favor da “mulher”, no decorrer do gradativo processo de passagem de uma organização social colonial para uma organização social moderna (burguesa). Na referida luta empreendida pelos médicos, a mulher burguesa serviu duplamente de instrumento: a valorização do papel que a “mulher” passaria a exercer num modelo nuclear de família (o qual se opunha à configuração da família colonial, com sua rede complexa formadas por parentes, agregados e escravos da casa) contribuía para diminuir o alcance do poder do patriarca na comunidade (pois, na configuração moderna, o homem ocuparia o papel de pai e trabalhador, permanecendo o “senhor” de um reinado reduzido, composto apenas pela mulher e pelos filhos). Além de diminuir o alcance do poder do homem em termos de comunidade (reduzindo sua capacidade física e simbólica de embate com o Estado), utilizando a “mulher” como aliada, a entrada da medicina na família ocorreu, de fato, em nome de um projeto bastante específico: o de investir nas crianças com o intuito de formar novos cidadãos e trabalhadores produtivos. Para tanto, as mulheres foram convocadas a se responsabilizar pelo trabalho de cuidar e de educar os filhos.

A redução das mulheres burguesas ao papel de esposas, mães e donas de casa se deu, a partir da modernidade, ancorada numa rede simbólica específica: uma tessitura de narrativas fortes e intrincadas o suficiente para sustentar uma mitologia – que tornava o casamento, a maternidade e o cuidado um projeto decorrente da “natureza” feminina das mulheres. A associação entre conceitos específicos e normativos de mulher, de feminilidade e de vida íntima teve, portanto, como eixo principal o ideário do amor romântico.

Antes de adentrarmos no terreno tortuoso do amor romântico, é imperativo que façamos duas ressalvas. A primeira é de que a “luta” da medicina higienista em prol da “mulher” não questionou o papel submisso que “a mulher” já ocupava nas sociedades coloniais, organizadas em torno da figura onipotente do pai (o patriarca era definido como uma espécie de representante de “deus-pai” na Terra). Se, a partir da modernidade, o casamento deixava de ser um contrato estabelecido pela família com uma motivação patrimonial para se tornar uma escolha de indivíduos guiados por uma motivação sentimental; e se, na família nuclear, “a mulher” foi erigida como parceira do médico (e de um conjunto de especialistas que, pouco a pouco, efetuaram um esquadrinhamento do espaço familiar, deslegitimando o saber e a autoridade da família sobre a educação dos filhos), é fundamental enfatizar que “a mulher” moderna permaneceria numa condição submissa e subserviente ao marido. No entanto,



o assujeitamento “da mulher” na família nuclear moderna passou a ocorrer de uma forma muito mais sutil do que aquele vivenciado pela “mulher” colonial.

Aqui cabe retomar o conceito de biopoder, definido por Michel Foucault (1997), como um poder que se desloca das relações hierárquicas de imposição da vontade de uma autoridade sobre indivíduos servis e adentra a superfície dos corpos passando a produzir sujeitos a partir de um conjunto articulado de discursos, de práticas, de leis, de enunciados científicos, de normas sociais etc. (os dispositivos), os quais agenciam formas de otimizar a vida, com o objetivo de engendrar sujeitos mais funcionais e mais produtivos para uma determinada sociedade. As estratégias do biopoder criam os indivíduos (seus projetos, anseios, desejos), não simplesmente os dominam. Como mencionado, o biopoder incide e opera sobre as práticas do fazer viver (tais como: as políticas públicas, as estratégias de saúde, a formação de regras e de mentalidades consideradas “normais” numa determinada sociedade) e sobre as práticas do fazer morrer (a invisibilização, a deslegitimação, o apagamento). No caso da “mulher” pela qual lutava a medicina higienista do século XIX, o tecido a partir do qual se delinearam as práticas do fazer viver teve por continente o amor romântico, como veremos no decorrer deste artigo. Porém, sobre os sujeitos femininos que ficavam ocultos porque não cabiam na categoria “mulher” instituída pelo sistema colonial e moderno de gênero, incidiam as estratégias necropolíticas do fazer morrer.

Lugones (2020) afirma que é preciso problematizarmos o dimorfismo biológico, considerando o quanto uma construção dicotômica e complementar dos gêneros é um elemento central para compreendermos a vastidão do alcance do sistema colonial e moderno de gênero em nossas sociedades.

A redução do gênero ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus/eias brancos/as. A raça não é nem mais mítica nem mais fictícia que o gênero – ambos são ficções poderosas (LUGONES, 2020, p. 73).

A separação das categorias de gênero, de classe, de raça e de heterossexualidade, sustentada pelo sistema colonial e moderno de gênero, cumpriu e continua cumprindo uma função estratégica nas políticas de invisibilização e de apagamento de sujeitos e de grupos sociais desde a modernidade. Por exemplo, a formação da aliança entre as noções modernas de mulher, de feminilidade e de intimidade, “[...] com a imagem da mulher frágil, fraca, tanto corporal como intelectualmente, reduzida ao espaço privado e sexualmente passiva [...] não explicitou a relação dessas características com a raça, já que elas são parte da mulher branca e burguesa” (LUGONES, 2020, p. 73). Se o ideário do amor romântico serviu de fundamento para a formação do arranjo moderno entre as noções de mulher, de feminilidade e de intimidade, é preciso ter em mente que mulheres negras e indígenas eram definidas muito mais



por seus corpos, explorados no trabalho (sem menção alguma a uma ideia de fragilidade) e no sexo sem consentimento, do que em termos de sentimentos.

Apesar do arranjo entre as concepções de mulher, feminilidade e cuidado – constituído nas sociedades ocidentais europeias industrializadas do século XIX – ter sido construído especificamente para mulheres burguesas, brancas, cis, heterossexuais, durante o século XX (sobretudo com a consolidação de uma cultura hedonista e consumista que foi ganhando um lugar hegemônico na sociedade brasileira a partir da década de 1970), o ideário do amor romântico passou a ser difundido “democraticamente” como sendo a referência principal de modelo de relacionamento afetivo-erótico e familiar. Mas de que se trata esse ideário?

Segundo Costa (1998), o ideário do amor romântico só frutificou a partir da imposição de uma cultura burguesa na qual as regras de satisfação emocional se atrelavam ao individualismo. Nesse sentido, a expansão das crenças do amor romântico ocorreu em paralelo ao afrouxamento dos laços comunitários e à fragilização dos referenciais coletivos. De acordo com o referido autor (COSTA, 2004), a inserção da medicina no cotidiano das famílias burguesas serviu-se do amor romântico como um “mecanismo de *feedback* encarregado de manter o sexo em níveis compatíveis com a homeostase familiar e social” (p. 234). O ideário do amor romântico passa, então, a partir do século XIX, a cumprir (na transição de uma sociedade colonial para uma sociedade moderna) uma tarefa de enorme importância: a de instituir e de regulamentar novos (e complementares) papéis sociais para mulheres e homens burgueses, nos espaços privados e públicos.

A reformulação da vida do casal deu-se a partir da nova conceituação imposta ao homem e à mulher pela higiene. O amor foi duplamente utilizado nesta manobra [...] a medicina fixou as características supostamente típicas de cada sexo e apresentou-as como imperativos da natureza. O amor servia aqui de traço de separação entre homem e mulher. Funcionava como referência para a construção dos modelos de conduta social masculina e feminina (COSTA, 2004, p. 234).

Na concepção de Valeska Zanello (2018), o ideário do amor romântico se converteu num *script* cultural, compondo um roteiro hegemônico que, nos dias de hoje, ainda continua orientando os processos de subjetivação em nossa cultura. Contudo, o dispositivo amoroso não incide sobre os homens com a mesma intensidade como atinge as mulheres: “dizer que o dispositivo amoroso se apresenta como um caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres em nossa cultura significa dizer que as mulheres se subjetivam, na relação consigo mesmas, mediada pelo olhar de um homem que ‘as escolham’” (ZANELLO, 2018, p. 84).

De acordo com outro estudo de Zanello (2022), o dispositivo amoroso – ao funcionar como o roteiro hegemônico para os processos de subjetivação das mulheres em nossa cultura – educa as mulheres a se centrarem no amor e a atrelar seu valor próprio à possibilidade de serem escolhidas e de permanecerem vinculadas a um parceiro amoroso. Embora a autora (2018; 2022) conecte o dispositivo



amoroso à categoria “mulheres”, consideramos válido substituir “mulheres” por feminilidades, uma vez que isso nos permite enfatizar o aspecto gendrado dos processos de subjetivação. Além disso, propomos uma ampliação do conceito de “prateleira do amor”, definido por Zanello nos seguintes termos:

Ser subjetivada na prateleira do amor torna as mulheres extremamente vulneráveis, visto que, se é necessário “ser escolhida”, nem sempre importa tanto quem as escolha. Isso empodera os homens. Eles são os maiores beneficiários do dispositivo amoroso das mulheres. De certa forma, os homens em nossa cultura já nascem com a certeza de que serão “amados” independentemente de qualquer característica física, mental e socioeconômica que tenham. O que pode ocorrer é uma restrição no acesso à variedade de mulheres (na prateleira), quanto mais esse homem se afastar dos ideais do dispositivo da eficácia. No entanto, ele estará, de qualquer maneira, em uma posição avantajada em relação às mulheres na prateleira do amor (ZANELLO, 2022, p. 63).

A autora considera ainda que subjetivar-se a partir do dispositivo amoroso coloca as mulheres numa posição de vulnerabilidade diante dos homens, uma vez que atrela o valor pessoal de cada mulher à possibilidade de ser “escolhida” como parceira amorosa por um homem. Além de caber um questionamento a respeito das semelhanças e das diferenças na relação estabelecida entre o dispositivo amoroso e os processos de subjetivação de mulheres não heterossexuais nem cis e de uma diversidade de sujeitos femininos que não se identificam como mulheres, é necessário também problematizar o papel dos marcadores sociais de raça e de classe social na relação existente entre mulheres, feminilidade e ideário romântico.

Em sua pesquisa a respeito da solidão de mulheres negras residentes em Salvador, Ana Cláudia Lemos Pacheco (2013, p. 25) afirma:

A mulher negra e mestiça estaria fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes à “cultura do afetivo”, do casamento, da união estável.

Apesar da importância de compreendermos que a relação estabelecida, desde a modernidade, entre as categorias “mulher”, “feminilidade” e “amor romântico” é complexificada quando a examinamos a partir do cruzamento de interseccionalidades distintas (por exemplo: raça, gênero, classe social, geração), é fundamental atentar para a condição de vulnerabilidade decorrente de um processo de subjetivação orientado a partir do dispositivo amoroso. Retomando Zanello (2022), subjetivar-se a partir do dispositivo amoroso coloca mulheres na “prateleira do amor”. Estar numa prateleira é ocupar a posição de objeto, não de sujeito; ela faz alusão a isso ao afirmar que, diante de um ideal construído em torno da beleza e da juventude, todas as mulheres se encontram ameaçadas de serem “substituídas” em algum momento e, assim, perderem o valor.



Articulando os conceitos de sistema de gênero, de amor romântico e de feminilidade, adentramos na dimensão mais nefasta do dispositivo amoroso. Nela opera uma necropolítica que incide sobre os processos de subjetivação femininos, e que se combina com diferentes camadas de vulnerabilidade (como raça, classe social etc.). Podemos chamá-la de necropolítica da objetificação, uma vez que ela constitui sujeitos (femininos) que passarão a assumir a condição de objetos para outros sujeitos (masculinos). A nosso ver, existe – tal como Lugones (2020) afirmou sobre o sistema colonial e moderno de gênero – um lado claro e visível e um lado oculto do dispositivo amoroso. Em seu lado claro, o dispositivo amoroso vincula o valor pessoal de um sujeito feminino à condição de ser o objeto da escolha (motivada pelo desejo) de um sujeito masculino. No lado oculto e velado, ele concede ao sujeito masculino que escolheu o sujeito feminino o poder de ser o dono de um outro sujeito.

Analizando os processos que permitiram a expansão global do sistema capitalista, Silvia Federici (2023) afirma que tal expansão ocorreu e foi sustentada pelo surgimento de um novo contrato sexual: o qual passou a definir as mulheres como sujeitos apenas na condição de mães e esposas; ocultando seu papel de trabalhadoras e dando aos homens um acesso livre a seus corpos e a seus trabalhos.

De acordo com esse novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram, para os trabalhadores homens, substitutas das terras que haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade [...] na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois, uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho delas começou a parecer um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (FEDERICI, 2023, p. 199).

Como enfatiza a autora, o capitalismo se difundiu a partir da expropriação das terras, do trabalho e, no caso das mulheres, da condição de sujeitos – deixando como herança a percepção do corpo feminino como um bem a ser explorado, usado, ou destruído, a depender dos desígnios do seu dono. Quando analisamos o ideário do amor romântico, podemos perceber, nas entrelinhas (por vezes, oculta, mas nunca ausente), a crença de que a mulher renuncia à condição de sujeito ao se vincular amorosamente a um homem. Essa crença legitima uma série de práticas violentas que continuam, no decorrer do século XXI, a ameaçar as vidas de sujeitos femininos de diferentes idades, raças, classes sociais e gerações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizar o impacto que o ideário do amor romântico continua tendo sobre os processos de subjetivação femininos e masculinos na contemporaneidade implica indagar se vem ocorrendo um processo de desconstrução e de questionamento de categorias homogêneas e universais, como: “mulher”, “amor”, “família”, “feminilidade” e “masculinidade” – erigidas e naturalizadas durante a



modernidade nas sociedades ocidentais capitalistas – ou se tais categorias continuam atuando fortemente, mesmo se mostrando anacrônicas e reducionistas.

Considerando que a transformação das mentalidades tende a acontecer numa velocidade menor do que a transformação das práticas sociais, é importante compreender que, num mesmo período histórico, conviverão mentalidades distintas e conflitantes. No entanto, podem também ocorrer mecanismos ativos de resistência à mudança. No que se refere ao campo das relações erótico-amorosas, observamos que tal resistência está intimamente ligada à predominância do sistema moderno-colonial de gênero.

Como ensina Oyewumi (2020), a modernidade se caracterizou pela expansão da Europa e pelo estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-estadunidense em todo o mundo. Para que tal hegemonia se consolidasse, o gênero – enquanto um sistema organizado de exploração e de estratificação – atuou como um eixo fundamental de subjetivação. Por essa razão, a referida autora insiste na necessidade de apreendermos o gênero não como uma categoria universal, mas como uma construção social que engendra a própria subordinação contra a qual os feminismos lutam.

Os questionamentos trazidos por Oyewumi a respeito do uso do gênero como uma categoria universal e atemporal são importantes para todos os que situamos nesse campo de estudos e de intervenção. A nosso ver, ao refletir sobre as diferentes formas de opressão e de violência às quais sujeitos femininos continuam sendo submetidos na sociedade brasileira atual, o trabalho de desintrincar e de desnaturalizar a hegemonia e os efeitos da categoria gênero é fundamental: pois ele nos permite desnudar mecanismos de resistência que dificultam a passagem efetiva do tempo.

As feminilidades continuam sendo vitimizadas no Brasil pela violência nos espaços públicos e, sobretudo, nos territórios da intimidade (IPEA, 2025). Esse fato nos faz questionar em que medida as conquistas decorrentes dos movimentos sociais e dos feminismos (que, definitivamente, não alcançaram todas as mulheres) teriam deixado de incidir sobre alguns aspectos dos processos de subjetivação femininos. No campo do amor, por exemplo, observamos que os roteiros trilhados por mulheres contemporâneas parecem repetir, de forma anacrônica, os roteiros percorridos pelas mulheres burguesas do século XIX, aqueles percorridos por mulheres. Isso pode ocorrer devido à força do ideário romântico, tanto no seu lado visível (que engendra uma relação “natural” entre as categorias hegemônicas de “mulher”, de “feminilidade” e de “amor”) quanto, principalmente, no seu lado obscuro (o qual coloca os sujeitos femininos no lugar de objetos a serem consumidos, seja por desejo, seja por ódio).

Nesse sentido, o trabalho de problematizar o gênero como um sistema de opressão deve ser acompanhado de uma decisão (daqueles que atuamos, teorizamos e nos vinculamos no campo dos feminismos) de evidenciar como a engrenagem do amor romântico contribui de forma insidiosa e mortífera para que as estatísticas das violências baseadas em gênero (dentre elas, as duas tentativas de



feminicídio que propulsionaram a construção deste artigo) continuem atestando que, de algum modo, depois de muito caminhar, aparentemente não conseguimos deixar para trás um tempo em se queimavam mulheres na fogueira para que homens se sentissem livres da ameaça do inferno.



REFERÊNCIAS

BENTO, Brenda. “Saiba quem é o fisiculturista preso após espancar a namorada médica e quebrar a mão em SP”. G1 Santos e Região, 17 de julho de 2025. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2025/07/17/saiba-quem-e-o-fisiculturista-preso-apos-espancar-a-namorada-medica-e-quebrar-a-mao-em-sp.ghtml>. Acesso em 20/07/2025.

BONETS, Vitor; SOUZA, Beto. “Mulher espancada com 60 socos foi agredida por ciúmes, diz polícia”. CNN Brasil, 30 de julho de 2025. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/rn/mulher-espancada-com-60-socos-foi-agredida-por-ciumes-diz-policia>. Acesso em 31/07/2025.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da violência 2025. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 20/08/2025.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2023.

FOUCAULT, Michel. *Il Faut Défendre la Société: Cours au Collège de France, 1975-1976*. Paris: Seuil, 1997.

LUGONES, María. “Colonialid y Género: Hacia un Feminismo Descolonial”. In: MIGNOLO, Walter (comp.). *Género y Descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008. p. 13-55.

LUGONES, Maria. “Colonialidade e Gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-84.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n.1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, Danielly Passos. *Narrativas modernas e contemporâneas do amor e da feminilidade*. 2008. Doutorado – (Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil; Université Paris 7, Paris, França, 2008.

OYEWUMÍ, Oyerónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. São Paulo: Bazar do Tempo, 2021.

OYEWUMÍ, Oyerónke. “Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 85-95.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.

ZANELLO, Valeska. *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Curitiba: Appris, 2022.



ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação. Curitiba: Appris Editora, 2018.

